

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO À 2. ^a EDIÇÃO	21
APRESENTAÇÃO À 3. ^a EDIÇÃO	23
SOBRE OS AUTORES.....	25

O RECURSO ESPECIAL NO SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1 • ASPECTOS GERAIS E CONTEXTO PRINCIPOLÓGICO DO RECURSO ESPECIAL	39
1.1 Aspectos preambulares acerca do recurso especial no atual cenário do processo civil brasileiro	39
1.2 Conceito de recurso. Distinções e semelhanças em relação a institutos congêneres	42
1.3 O ato de recorrer como ônus.....	44
1.4 Os princípios fundamentais do processo civil de maior repercussão sobre o recurso especial	45
1.4.1 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	45
1.4.2 Princípio da colegialidade	47
1.4.3 Princípio da taxatividade (“numerus clausus”)	48
1.4.4 Princípio da singularidade recursal (ou da unirãocorribilidade). Princípio da correspondência recursal.....	51
1.4.4.1 O sistema recursal inaugurado com a Constituição de 1988 e o princípio da singularidade recursal....	53
1.4.5 A instrumentalidade das formas e a primazia do julgamento do mérito como princípios norteadores do CPC.....	56
1.4.5.1 Contexto jurídico-doutrinário do princípio da pri- mazia da decisão de mérito.....	56

1.4.5.2	Princípio da primazia do julgamento do mérito no âmbito do recurso especial	58
1.4.6	Princípio da fungibilidade recursal	59
1.4.6.1	Interposição no “menor” prazo e dúvida objetiva acerca do recurso cabível	62
1.4.6.2	Inexistência de erro grosseiro	65
1.4.7	Princípio da fundamentação das decisões judiciais e sua vinculação com o princípio da dialeticidade recursal	68
1.4.8	Princípio da duração razoável do processo	72
1.4.9	Princípio da proibição da reformatio in pejus	74
1.4.10	O (sobre)princípio da segurança jurídica no âmbito recursal..	76
CAPÍTULO 2 • CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS E OS MECANISMOS CONGÊNERES DE IMPUGNAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS.....		81
2.1	Classificação dos recursos	81
2.1.1	Recurso principal (independente) e recurso adesivo (subordinado). Conceituação e aspectos gerais	81
2.1.1.1	O regime do recurso adesivo e sua aplicação no âmbito do recurso especial	83
2.1.1.2	Quem pode interpor recurso adesivo. Legitimidade recursal	86
2.2	Recurso de fundamentação livre e de fundamentação vinculada.....	87
2.3	Recursos ordinários e extraordinários.....	88
2.4	Recurso parcial e recurso total.....	92
2.5	Sucedâneos recursais.....	92
2.5.1	Pedido de reconsideração.....	93
2.5.2	Ações autônomas de impugnação.....	95
2.6	Outros institutos	96
2.6.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas	96
2.6.2	Arguição de inconstitucionalidade.....	99
2.6.3	Reclamação	101
2.6.4	Incidente de assunção de competência.....	103
CAPÍTULO 3 • O RECURSO ESPECIAL NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO.....		105
3.1	Justificativa do recurso especial em contexto histórico-constitucional	105
3.1.1	A criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	106

3.1.2	O atual perfil constitucional do recurso especial	111
3.1.2.1	Evolução legislativa dos recursos excepcionais no plano do direito constitucional desde a primeira Constituição republicana até os dias atuais	113
CAPÍTULO 4 • ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.....		119

1ª PARTE

4.1	Requisitos Gerais de Admissibilidade dos Recursos Cíveis.....	119
4.1.1	Panorama geral sobre o tema.....	119
4.1.2	O juízo de admissibilidade enquanto ato decisório atrelado às questões preliminares.....	121
4.1.3	Natureza da decisão de admissibilidade recursal e os seus efeitos na formação da coisa julgada	123
4.1.4	Requisitos de admissibilidade dos recursos em geral	126
4.1.4.1	Requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos	128
4.1.4.1.1	Cabimento.....	128
4.1.4.1.2	Legitimação recursal	129
4.1.4.1.2.1	Legitimidade recursal quanto aos honorários advocatícios	133
4.1.4.1.2.2	Legitimidade recursal e as hipóteses de intervenção de terceiros.....	134
4.1.4.1.3	Interesse recursal	136
4.1.4.2	Requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos	140
4.1.4.2.1	Tempestividade.....	140
4.1.4.2.2	Regularidade formal.....	146
4.1.4.2.3	Fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer.....	148
4.1.4.2.3.1	Desistência do recurso	148
4.1.4.2.3.2	Renúncia ao direito em que se funda a ação (ainda como fato impeditivo do poder de recorrer).....	152

4.1.4.2.3.3	Renúncia ao próprio direito de recorrer (fato extintivo do poder de recorrer)	153
4.1.4.2.3.4	Aquiescência à decisão enquanto fato extintivo do direito de recorrer	156
4.1.4.2.4	Preparo.....	157

2ª PARTE

4.2	A admissibilidade do recurso especial e dos requisitos que lhe são próprios	159
4.2.1	Jurisdição extraordinária e o recurso especial	159
4.2.2	O esgotamento das vias ordinárias, no conceito de causa decidida	162
4.2.3	Juízo de admissibilidade do recurso especial	166
4.2.4	As hipóteses de cabimento do recurso especial contidas no inciso III do artigo 105 da Constituição	169
4.2.4.1	Alínea “a” do inciso III, artigo 105, da CF/88.....	174
4.2.4.1.1	O cabimento do recurso especial diante da deficiência de fundamentação do acórdão recorrido. A violação do artigo 489, § 1º, incisos I a VI, do CPC.....	184
4.2.4.2	Alínea “b”, inciso III, artigo 105, da CF/88	185
4.2.4.3	Alínea “c”, inciso III, artigo 105, da CF/88.....	188
4.2.4.3.1	A demonstração analítica da divergência jurisprudencial em sede de recurso especial. Artigo 1.029, § 1º, do CPC.....	191
4.2.5	O filtro da relevância na admissibilidade do recurso especial. Justificativa e contexto legal	194
4.2.5.1	Conceituação do termo “relevância” a partir da sua natureza jurídica e finalidade.....	198
4.2.5.2	O caráter presumido da relevância nas hipóteses do art. 105, § 3º, I a VI, da CF	200
4.2.5.3	A regulamentação do filtro da relevância quanto aos aspectos procedimentais e alcance das decisões correlatas	205
4.2.6	Legitimidade em sede de recurso especial	209

4.2.7	Interesse recursal e suas particularidades no âmbito do recurso especial.....	210
4.2.8	Requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso especial. Regularidade formal.....	212
4.2.8.1	Tempestividade do recurso especial nos seus aspectos objetivos.....	214
4.2.8.2	Preparo, nas mitigações previstas no Código de Processo Civil.....	219
4.2.8.3	A fundamentação adequada como condição para admissibilidade do recurso especial. O espectro amplo da Súmula 284/STF	221
4.2.8.3.1	A deficiência na indicação dos dispositivos constitucionais embaixadores do recurso especial e dos preceitos de lei federal tidos por contrariados	223
4.2.8.3.2	A necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos em que se baseou o acórdão objeto de recurso especial. Os fundamentos suficientes e as Súmulas 283/STF e 126/STJ.....	224
4.2.8.3.3	A deficiente fundamentação do recurso especial como aspecto formal insanável..	227
4.2.8.4	Vícios formais suscetíveis de serem superados (relevados ou sanados) no âmbito do recurso especial (art. 1.029, § 3º, CPC)	229
4.2.9	Prequestionamento	232
4.2.9.1	A acepção do termo “prequestionamento”.....	233
4.2.9.2	Breves considerações acerca da evolução constitucional do prequestionamento.....	239
4.2.9.3	O artigo 105, III, da Constituição Federal, e o prequestionamento.....	241
4.2.9.4	Prequestionamento explícito (numérico), implícito e ficto.....	246
4.2.9.5	Prequestionamento diante da persistência de omissão no acórdão recorrido. O recurso especial por violação do artigo 1.022, II, do CPC.....	251
4.2.9.6	Prequestionamento e matéria de ordem pública	255
4.2.9.7	Prequestionamento e voto vencido	259

4.2.10	Implicações práticas da comutação e distinção dos juízos de admissibilidade e de mérito em sede de recurso especial.....	260
4.2.11	Impossibilidade de reapreciação de matéria fática (Súmula 07 do STJ) e de mera revisão de cláusula contratual (Súmula 05 do STJ). Requalificação jurídica dos fatos.....	264
4.2.11.1	Prova legal e reavaliação da prova.....	269
4.2.11.2	Mitigação da impossibilidade de revisão de matéria fática em sede de recurso especial.....	271
4.2.11.3	Impossibilidade de revisão de cláusula contratual ..	272
4.2.12	A inviabilidade de correção, pura e simples, de injustiças pela via do recurso especial.....	274
4.2.13	O problema das normas federais que contêm, em si mesmas, conceitos vagos.....	276
CAPÍTULO 5 • RECURSO ESPECIAL, PROCEDIMENTOS E EFEITOS...		279
5.1	O processamento do recurso especial.....	279
5.1.1	Normas de regência. Considerações preambulares acerca do processamento do recurso especial.....	279
5.1.2	Procedimentos nos tribunais de origem.....	280
5.1.3	Procedimentos perante o Superior Tribunal de Justiça.....	283
5.1.3.1	Atuação do Ministro Presidente e de relator.....	283
5.1.3.2	Os poderes (ampliados) do relator na condução e julgamento do recurso especial (art. 932, CPC)	285
5.1.3.3	Julgamento colegiado do recurso especial. As sessões presenciais (síncronas) e virtuais (assíncronas).....	288
5.1.3.3.1	O artigo 939 do CPC e a análise das preliminares no julgamento colegiado do recurso especial.....	293
5.1.4	A litigância de má-fé e a sanção aplicável ao recurso especial protelatório.....	294
5.1.5	Os honorários advocatícios e o recurso especial.....	296
5.1.5.1	Alteração pelo STJ, em viés de excepcionalidade, dos honorários sucumbenciais quando excessivos ou ínfimos.....	296
5.1.5.2	A majoração dos honorários sucumbenciais em caso de insucesso do recurso especial. A sucumbência recursal.....	297

5.1.6	O alcance temporal do atual Código de Processo Civil e os Enunciados Administrativos do Superior Tribunal de Justiça..	300
5.2	Efeitos inerentes ao recurso especial.....	303
5.2.1	Efeito devolutivo.....	303
5.2.2	Efeito suspensivo	308
5.2.2.1	O contexto restritivo e a justificativa do efeito suspensivo, em tutela provisória, nos recursos de natureza extraordinária	310
5.2.2.1.1	O aparente conflito entre a tutela provisória de urgência e o <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF)	311
5.2.2.1.2	A excepcionalidade de concessão <i>ope iudicis</i> de efeito suspensivo a recurso especial	312
5.2.3	Efeito translativo	316
5.2.4	Efeito substitutivo	322
5.2.5	Efeito expansivo.....	324
CAPÍTULO 6 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL		327
6.1	Generalidades acerca do duplo juízo de admissibilidade do recurso especial.....	327
6.2	Considerações iniciais sobre o agravo em recurso especial (AREsp)....	329
6.3	Requisitos do agravo em recurso especial. Regularidade formal.....	330
6.4	Recorribilidade no tribunal de origem da decisão que inadmite REsp: agravo interno versus agravo em recurso especial.....	332
6.5	O AREsp diante da multiplicidade de fundamentos da decisão que não admite recurso especial	336
6.6	Etapas procedimentais do agravo em recurso especial	340
6.6.1	Interposição e tramitação do AREsp perante o tribunal de origem.....	340
6.6.2	Coexistência de AREsp e de recurso para o Supremo Tribunal Federal (REExt ou AREExt)	341
6.6.3	Procedimentos do AREsp no Superior Tribunal de Justiça.....	342
CAPÍTULO 7 • AGRAVO INTERNO E EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....		345
7.1	Generalidades do agravo interno e dos embargos de declaração	345
7.2	Agravo Interno.....	346
7.2.1	Nomenclatura, conceito e natureza jurídica.....	346

7.2.2	Tempestividade	348
7.2.3	Preparo	349
7.2.4	Hipóteses de cabimento	350
7.2.5	Regularidade formal	352
7.2.6	Etapas procedimentais e sanção jurídico-processual em caso de manifesta improcedência	353
7.3	Embargos de Declaração	357
7.3.1	Previsão legal, conceito e natureza jurídica	357
7.3.2	Tempestividade e preparo	360
7.3.3	Pronunciamentos embargáveis no Superior Tribunal de Justiça	361
7.3.3.1	Hipóteses e causas de obscuridade em decisões judiciais	362
7.3.3.2	Decisões contraditórias	362
7.3.3.3	Decisões omissas	364
7.3.3.4	Decisões maculadas por erro material	365
7.3.4	Efeitos dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça e as sanções jurídico-processuais em caso de intuito procrastinatório	367
7.3.5	A evolução do entendimento sumulado pelo STJ acerca da (des)necessidade de reiteração do recurso após julgamento dos embargos declaratórios (art. 1.024, § 5º, CPC)	372
7.3.6	Tramitação dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça	373
7.4	O julgamento colegiado, em sessão virtual (assíncrona), dos embargos declaratórios e do agravo interno	374
CAPÍTULO 8 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....		377
8.1	Considerações iniciais sobre os embargos de divergência	377
8.2	Contexto histórico-normativo	380
8.3	Finalidade dos embargos de divergência	382
8.4	Requisitos extrínsecos	385
8.4.1	Prazo de interposição	385
8.4.2	Regularidade formal	385
8.4.3	Preparo	386
8.4.4	Interesse recursal	388

8.5	Hipóteses de cabimento dos embargos de divergência, com parametrização em contexto de múltiplas Súmulas	388
8.6	Outras especificidades dos embargos de divergência	395
8.6.1	Acórdão paradigma	395
8.6.2	Demonstração analítica da divergência	396
8.6.3	Similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados	397
8.7	Efeitos dos embargos de divergência	399
8.8	Competência e procedimentos dos embargos de divergência.....	400
8.9	Da (eventual) necessidade de cisão do julgamento	401
8.10	Possibilidade de adoção de uma terceira tese	404
8.11	Sistemática dos recursos repetitivos em sede de embargos de divergência	404
8.12	Do óbice à formação da coisa julgada.....	405
CAPÍTULO 9 • RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.....		407
9.1	Introdução acerca da concepção dos precedentes judiciais	407
9.2	Considerações gerais sobre o regime de julgamento dos “casos repetitivos”.....	413
9.3	Sistema de precedentes do atual Código de Processo Civil, no contexto jurídico-normativo dos recursos repetitivos	415
9.4	Conceito e natureza jurídica.....	418
9.5	Procedimentos e vicissitudes.....	420
9.5.1	1ª Etapa: seleção, afetação e admissibilidade dos recursos-pilotos, e sobrestamento dos processos correlatos	421
9.5.1.1	Desdobramentos no tribunal de origem acerca da seleção dos recursos representativos da controvérsia, em atos judiciais e de gestão judiciária.....	425
9.5.1.2	Regime de afetação perante o Superior Tribunal de Justiça, na condução pelos ministros Presidente e relator	427
9.5.1.3	A técnica da distinção (<i>distinguishing</i>) como mecanismo regulador do alcance dos precedentes em sede de recursos repetitivos	428
9.5.2	2ª Etapa: atos preparatórios para o julgamento colegiado	430
9.5.3	3ª Etapa: julgamento. Formação de precedente obrigatório....	432
9.5.4	4ª Etapa: aplicação expansiva do precedente	434
9.6	A revisão ou revogação de teses firmadas em sede de recurso repetitivo	437

9.7 A modulação dos efeitos dos precedentes judiciais.....	439
9.8 Outras considerações acerca do recurso especial repetitivo.....	444

DIREITO COMPARADO

CAPÍTULO 10 • OS RECURSOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE SUPER- POSIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL ESTRANGEIRO	449
10.1 Considerações gerais acerca dos tribunais de superposição	449
10.2 França: a origem da Cassação sob a influência do ideal revolucioná- rio.....	450
10.3 Estados Unidos da América e a influência do writ of certiorari sobre o recurso especial brasileiro	455
10.4 O tribunal de cassação italiano e a sua função de preservar a uniformi- dade na aplicação do direito.....	457
10.5 O recurso de revisão na Alemanha: compatibilidade entre a uniformi- zação da jurisprudência e o interesse do recorrente	468
10.6 O recurso de revista português: predominância do efeito substitutivo	470
10.7 O recurso de cassação espanhol	478
10.8 A proximidade do recurso de cassação argentino com o recurso espe- cial brasileiro.....	482
BIBLIOGRAFIA.....	485
ÍNDICE DE AUTORES	505
ÍNDICE REMISSIVO	513